

# Eliminação do desmatamento nas cadeias de produção até 2020: uma revisão dos países das Declarações de Amsterdã

Junho de 2019

## Introdução

Os consumidores europeus têm um impacto significativo e oculto nas florestas tropicais. A Europa é um importante mercado consumidor de commodities agropecuárias associadas ao desmatamento - como carne bovina, soja, óleo de palma e madeira. O próprio estudo da União Europeia (UE) sobre o impacto de seu consumo estimou que a sua pegada de desmatamento no exterior proveniente da importação e do consumo de produtos agrícolas e pecuários foi de 9 milhões de hectares (ha) de 1990 a 2008.

Na década que se passou desde o estudo, o risco de desmatamento ganhou prioridade rapidamente na agenda política. Um número significativo de empresas assumiu compromissos voluntários para remover o desmatamento de suas cadeias de produção até 2020. Em 2014, a Declaração de Nova Iorque sobre Florestas (NYDF) prometeu reduzir pela metade o desmatamento até 2020 com o objetivo de apoiar o setor privado a eliminar o desmatamento nas cadeias de produção agrícolas. A Declaração foi endossada por mais de 50 empresas e 41 governos, incluindo a UE.

Neste contexto, em dezembro de 2015, cinco países europeus (Dinamarca, França, Alemanha, Países Baixos e Reino Unido), e mais tarde a Itália e a Noruega, assinaram a Declaração de Amsterdã sobre Desmatamento com o objetivo de apoiar as ações dos setores público e privado para eliminar o desmatamento nas cadeias de produção. A Declaração incentiva a ação do setor privado de adotar e implementar compromissos de desmatamento, ação política da UE e parcerias público-privadas para cumprir as metas de 2020 e remover o desmatamento nas cadeias de produção.

A Amsterdam Declarations Partnership (Parceria das Declarações de Amsterdã - que inclui a Declaração sobre Desmatamento e a Declaração sobre o Óleo de Palma Sustentável) é liderada pelos governos signatários e tem como objetivo apoiar os processos existentes, como a Cocoa & Forests Initiative e o projecto European Sustainable Palm Oil, além de convocar mesas-redondas sobre commodities nacionais. Até o momento, a estratégia de implementação concentrou-se no cacau, óleo de palma e soja.

À medida que o ano de 2020 se aproxima, este relatório avalia o progresso dos países signatários em relação aos objetivos da Declaração de Amsterdã sobre Desmatamento, concentrando-se na adoção e entrega de compromissos das empresas e na exposição aos riscos de desmatamento nas importações, além de identificar prioridades para ações futuras.

## Qual foi o impacto?

A cada ano, o ranking Forest 500 da Global Canopy avalia as políticas de desmatamento das empresas mais influentes que compram commodities agropecuárias de risco florestal, fornecendo uma imagem da amplitude e profundidade dos compromissos da empresa com gado bovino, óleo de palma, soja, madeira e papel. A avaliação abrange 180 empresas que operam nos sete países do Grupo das Declarações de Amsterdã.

### Progresso lento nos compromissos de desmatamento

Destas 180 empresas, apenas 13 possuem um compromisso de desmatamento zero (ou zero líquido) em todas as suas operações e cadeias de produção. Os compromissos variam por commodity: 32% das empresas que adquirem óleo de palma têm um ZDC para as cadeias de produção de óleo de palma, mas isso cai para 24% e 21% para soja e gado bovino, respectivamente. Essas tendências são semelhantes nos sete países, embora a cobertura de madeira e papel (também avaliada pelo Forest 500) varie mais amplamente.

A maioria das empresas têm compromissos de desmatamento mais fracos, que incluem fontes certificadas de forma sustentável ou proteção de florestas que são classificadas como áreas de Alto Valor de Conservação (AVC). Novamente, isso varia de acordo com a commodity, com 86% das empresas expostas ao óleo de palma tendo alguma forma de compromisso de desmatamento, em comparação com apenas 34% e 27% de cobertura para empresas expostas à soja e ao gado bovino, respectivamente (Tabela 1).

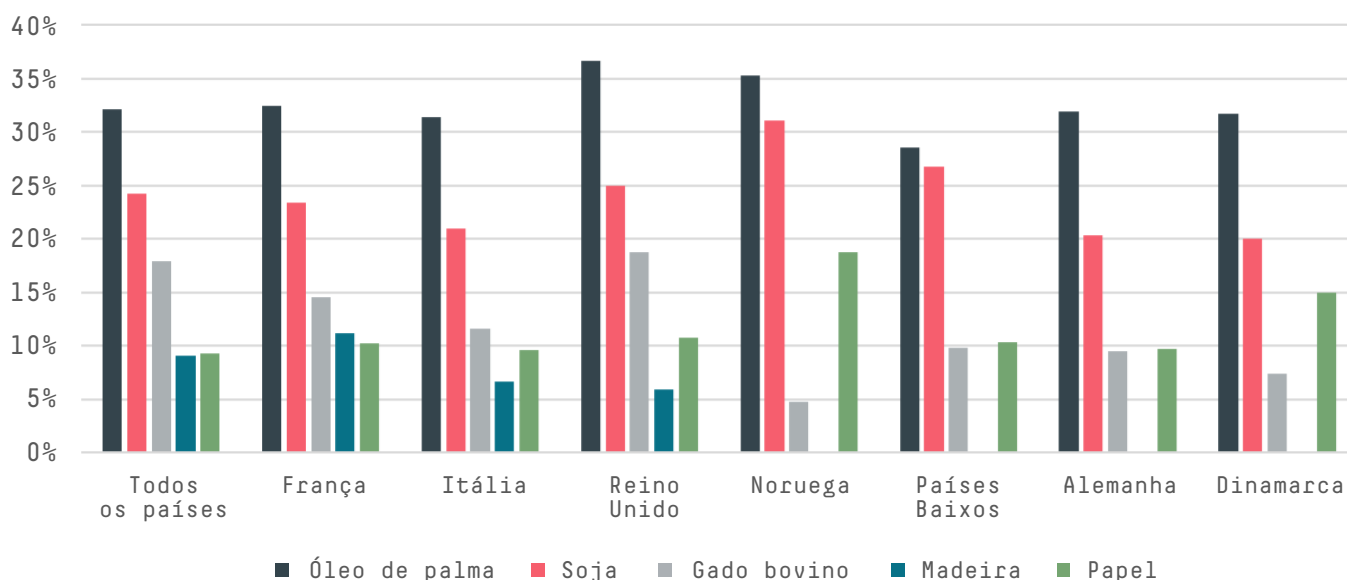


Figura 1: % de empresas com compromissos de desmatamento zero (e zero líquido) para commodities de risco florestal relevantes, de acordo com a avaliação Forest 500 de 2018.

	ÓLEO DE PALMA	SOJA	GADO BOVINO	MADEIRA	PAPEL
NÚMERO DE EMPRESAS	109	99	67	33	172
NÚMERO DE EMPRESAS COM UM COMPROMISSO DE ZDC	35	24	14	3	16
NÚMERO DE EMPRESAS COM UM COMPROMISSO COM A FONTE DE PRODUTOS CERTIFICADOS OU PARA EVITAR AVC	59	10	4	19	68
NÚMERO DE EMPRESAS SEM COMPROMISSO DE DESMATAMENTO	15	65	49	11	88

No entanto, várias empresas com ZDCs não as aplicam em todas as suas regiões produtoras e fornecedores. Isto é particularmente um problema para a soja, onde muitos compromissos não cobrem explicitamente o desmatamento e a conversão de vegetação nativa no Cerrado, de rica biodiversidade, ou no Chaco, a segunda maior floresta da América do Sul, encontrada na Argentina, Bolívia e Paraguai. No Brasil, por exemplo, o Código Florestal permite que até 80% das propriedades no Cerrado sejam legalmente desmatadas.

Houve alguns sinais de crescente conscientização sobre esta questão, com algumas empresas apoiando o Manifesto do Cerrado, que reivindica compromissos para eliminar o desmatamento e a derrubada da vegetação nativa no Cerrado, e algumas empresas, incluindo a Louis Dreyfus e COFCO, adotaram novos compromissos de terceirização sem conversão que estendem seus ZDCs ao Cerrado.

## Alguns sinais de progresso

Uma comparação das 118 empresas que foram avaliadas pela Forest 500 em 2015 e 2018 mostra uma melhora significativa desde que as Declarações de Amsterdã foram assinadas. Em 2018, 38% dessas empresas tinham um ZDC para óleo de palma, comparado a apenas 7% em 2015. As empresas também aumentaram o número de compromissos de desmatamento zero para soja, madeira e papel, embora os compromissos de desmatamento zero para o gado bovino (carne bovina e couro) permaneçam praticamente os mesmos.

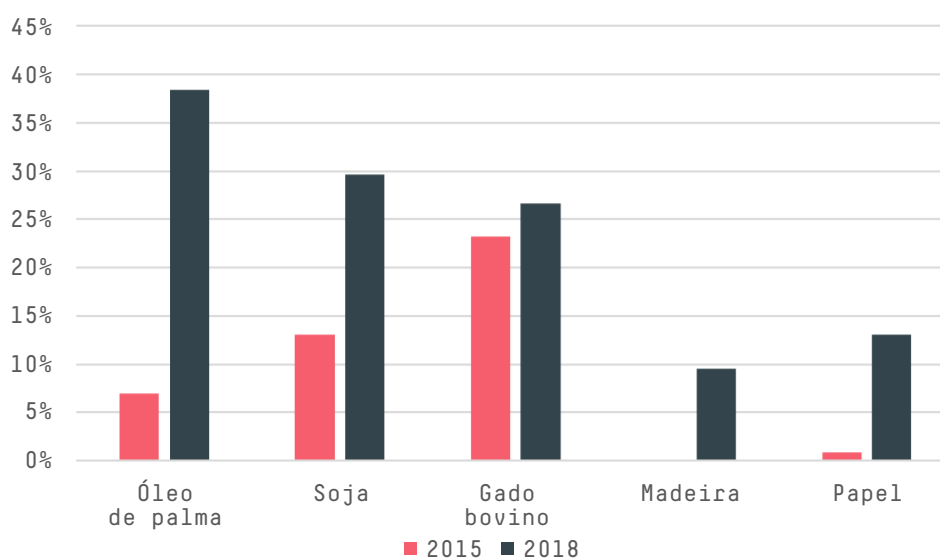


Figura 2: % de empresas avaliadas em 2018 e 2015 que possuem compromissos ZDC, de acordo com a avaliação Forest 500 de 2018.

No entanto, nove empresas reduziram os ZDCs durante o mesmo período (seis para o óleo de palma e três para o gado bovino) substituindo-os por compromissos mais fracos de desmatamento. No caso do óleo de palma, todas as seis empresas (Arla Foods, Ahold Delhaize, Henkel AG & Co. KgaA, Grupo IKEA, Mitsubishi Corp) agora se concentram na obtenção de óleo de palma sustentável e certificada. O esquema de certificação da Roundtable on Sustainable Palm Oil (RSPO) agora exige desmatamento zero, mas a maior parte do mercado de óleo de palma não é certificado. Os pequenos proprietários também são mais propensos a serem excluídos dos esquemas de certificação devido aos custos de conformidade; logo, confiar na certificação é apenas uma solução parcial em termos de sustentabilidade.

## Uma imagem incompleta

Há também lacunas significativas nos relatórios das empresas sobre como elas implementam seus compromissos, tornando difícil avaliar sua eficácia. Das 143 empresas com algum tipo de política de desmatamento, apenas 108 informaram sobre o progresso e apenas a metade (73) relatou a porcentagem de sua compra que estava em conformidade com sua política para pelo menos uma commodity. Da mesma forma, a divulgação de regiões produtoras e fornecedores é incrivelmente baixa, limitando a capacidade das empresas a jusante ou terceiros avaliarem a exposição aos riscos. Mais uma vez, isso varia de acordo com a commodity (ver Tabela 2), com relatórios sobre o óleo de palma mais avançado do que sobre as outras commodities.

Esta falta de informação sobre o volume de commodities que estejam livres de desmatamento torna impossível avaliar o progresso em relação aos compromissos. Como tal, o Grupo das Declarações de Amsterdã utilizou o percentual de volume de importações de soja que sejam certificadas como um critério substituto para o progresso. Isso é inadequado, já que a Round Table on Responsible Soy (RTRS) é o único esquema de certificação que inclui critérios de desmatamento. Ela cobre apenas cerca de 2% da produção de soja na América do Sul e é baseada quase exclusivamente em créditos de certificação - não garantindo aos compradores que a soja que estão adquirindo seja proveniente de terras que não tenham sido desmatadas recentemente.

Menos da metade das empresas avaliadas estão monitorando e se engajando junto aos seus fornecedores - uma etapa crítica de implementação para remover o desmatamento nas cadeias de produção.

As Declarações de Amsterdã também instam os governos a apoiar a ação colaborativa das empresas. No entanto, menos da metade das empresas que operam nos países do Grupo das Declarações de Amsterdã informam que participaram de ações colaborativas sobre óleo de palma e soja, indicando que há espaço suficiente para os governos signatários melhorarem a participação e a colaboração.

	ÓLEO DE PALMA (109)	SOJA (99)	GADO BOVINO (67)	MADEIRA (33)	PAPEL (172)
RELATÓRIOS SOBRE A CONFORMIDADE COM O COMPROMISSO	83%	48%	32%	63%	60%
INFORMAR SOBRE VOLUMES	73%	26%	19%	30%	37%
RELATÓRIOS VERIFICADOS INDEPENDENTEMENTE	77%	28%	13%	56%	48%
MONITORAR FORNECEDORES	60%	43%	45%	44%	45%
ENGAJAR FORNECEDORES	56%	37%	42%	37%	47%
DIVULGAR FORNECEDORES / REGIÕES PRODUTORAS	28%	0%	19%	7%	4%
MECANISMO DE QUEIXA	28%	20%	19%	11%	19%
AÇÕES COLABORATIVAS	39%	46%	61%	37%	27%

## Como a exposição ao risco de desmatamento nas importações mudou?

As empresas que buscam implementar seus compromissos de desmatamento zero podem ter dificuldades em identificar onde estão os riscos em suas cadeias de produção. Estas commodities agropecuárias são armazenadas a granel antes de serem negociadas e, portanto, pode ser muito difícil rastrear commodities de volta à fonte. Varejistas e fabricantes na Europa estão a vários passos do ponto de produção onde ocorre o desmatamento. Muitas vezes eles são expostos através de alimentos processados, em vez das próprias commodities não processadas, por exemplo, através de frango e carne de porco alimentados com soja, que podem ser ingredientes de alimentos processados, como refeições prontas.

No entanto, novas ferramentas estão sendo desenvolvidas para acompanhar as cadeias de produção de commodities. A Trase é única a possibilitar o melhor entendimento dos vínculos entre os mercados de importação e as empresas comerciais para as regiões de produção subnacionais e, portanto, para ver onde a produção de commodities está vinculada aos riscos de desmatamento. Isso significa que os governos consumidores podem avaliar e rastrear o risco de desmatamento em suas importações e os compradores podem identificar as regiões produtoras e priorizar as áreas de alto risco.

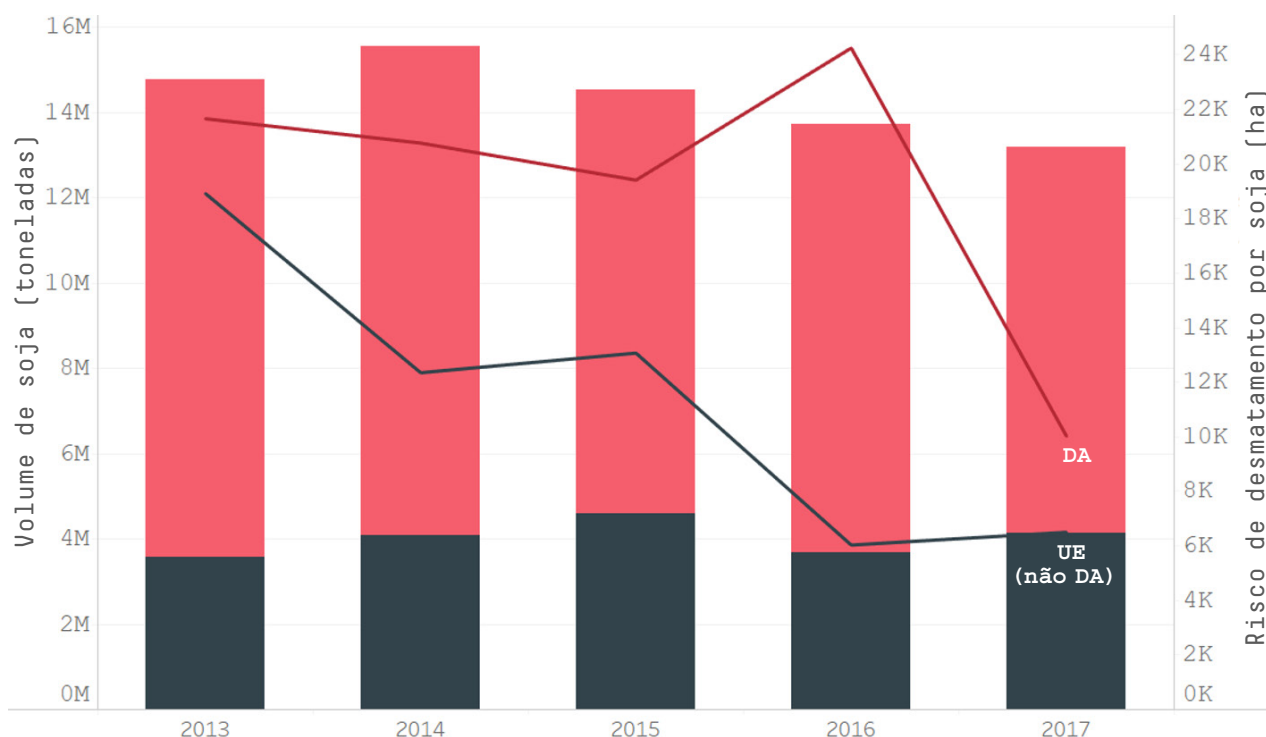


Figura 3: Volume de soja importada do Brasil (gráfico de barras) e risco associado de desmatamento de soja (linha) para o Grupo das Declarações de Amsterdã e os países da UE do Grupo das Declarações de Amsterdã, dados da Trase.

## Risco de desmatamento nas importações de soja brasileira

A Europa é um dos maiores consumidores de soja do Brasil, onde as florestas ainda estão sendo desmatadas para abrir caminho para a expansão da soja em partes da Amazônia e do Cerrado. Olhando para as importações de soja dos países da UE, a análise da Trase permite identificar o nível de exposição ao risco de desmatamento por soja.

O risco de desmatamento por soja é calculado através da multiplicação do total de desmatamento relacionado à soja nos municípios produtores pela participação da soja exportada para a Europa. Entre 2013 e 2017, a Europa foi exposta a 151.707 hectares de risco de desmatamento por soja.

Isso se traduz em um risco de desmatamento por soja de 2,16 hectares por 1000 toneladas (t), o que é maior do que o risco de desmatamento por soja associado à exportação para a China (1,12 ha / 1000 t). Isso ocorre porque os países da UE compram principalmente do Cerrado, onde a vegetação está sendo desmatada para a soja, enquanto a China compra predominantemente da Região Sul, onde as taxas de desmatamento são muito mais baixas.

Na Europa, os países do Grupo das Declarações de Amsterdã têm maior exposição ao risco de desmatamento do que os países não signatários na Europa, devido à maior participação de mercado das importações de soja (ver Figura 3). Ainda não é possível observar qualquer tendência no risco de desmatamento desde que as Declarações de Amsterdã foram assinadas no final de 2015.

A exposição dos países signatários das Declarações de Amsterdã concentra-se em uma área relativamente pequena na região do Matopiba, no Cerrado, que é responsável por 15% do volume das importações de soja, mas 82% do risco de desmatamento. A região do Matopiba, a interseção dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, é a fronteira atual para a expansão da soja no Brasil, que tem enfrentado a derrubada significativa da vegetação nativa biodiversa, o deslocamento de comunidades locais e a especulação de terras. Boa parte disso é legal. Como observado acima, tem havido uma pressão crescente para reconhecer a importância de manter a diversidade biológica e social única da região, com um número de empresas estendendo seus ZDCs para incluir o Cerrado.

Indo mais adiante, a Trase mostra que apenas 15 municípios da região de Matopiba representam mais de 50% do risco total de desmatamento. Isso cria uma oportunidade estratégica para que esses países (e as empresas que operam dentro deles) reduzam a sua exposição ao risco de desmatamento por soja, concentrando-se nos esforços para melhorar a sustentabilidade da produção de soja nesses municípios específicos.

## 15 municípios da região de Matopiba representam mais de 50% do risco total de desmatamento

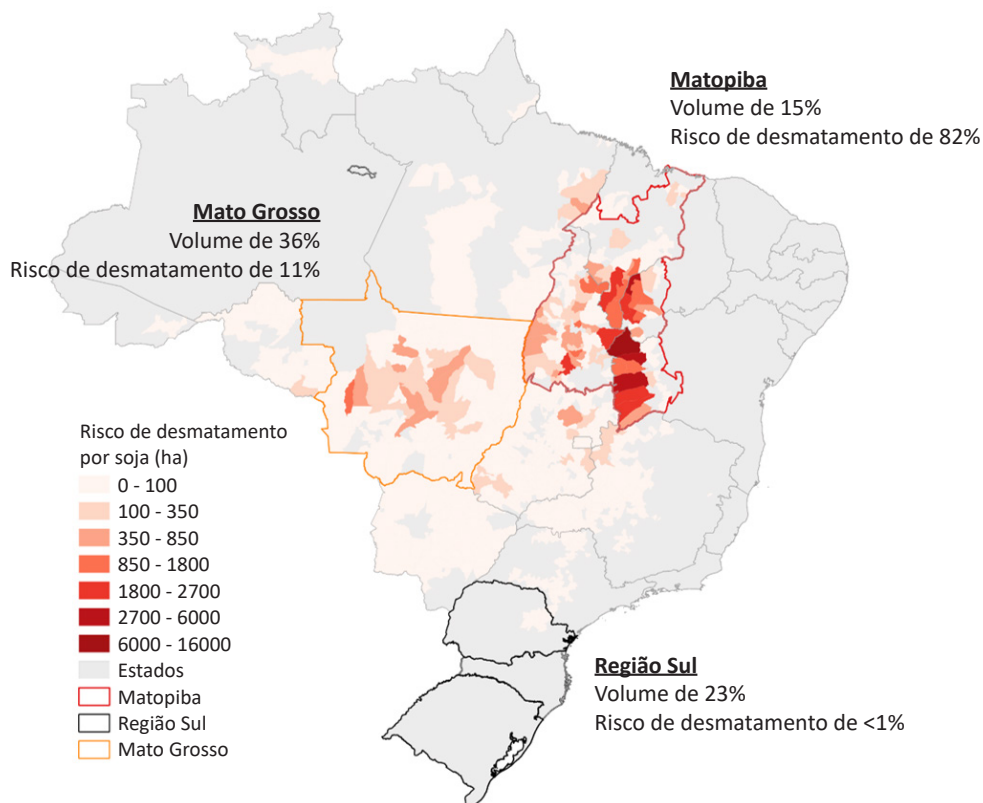
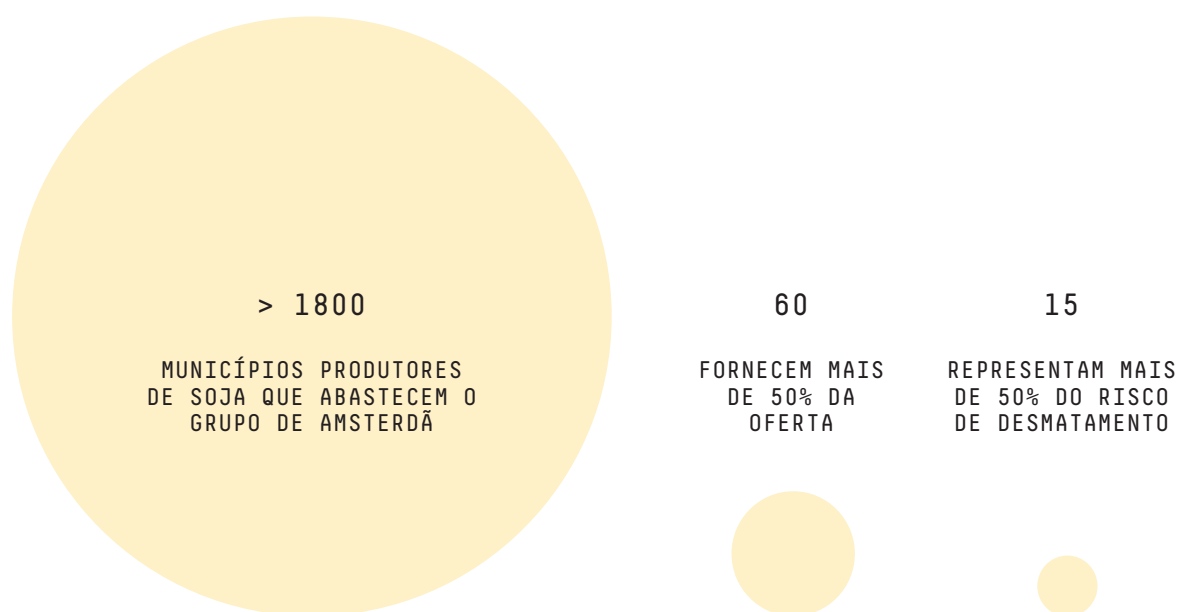


Figura 4: Risco de desmatamento por soja, níveis de produção e limites regionais nas principais áreas produtoras de soja do Brasil.

Os 15 municípios com maior exposição ao risco de desmatamento: Formosa do Rio Preto, São Desidério, Riachão das Neves, Ribeiro Gonçalves, Mateiros, Santa Filomena, Balsas, Jaborandi, Gilbués, Peixe, Correntina, Currais, Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Alto Parnaíba.



## Como a Amsterdam Declarations Partnership pode fazer mais sobre o desmatamento?

Empresas influentes que operam nos mercados nos países signatários das Declarações de Amsterdã têm feito algum progresso na adoção de ZDCs desde 2015 - especialmente para o óleo de palma e a soja, que têm sido um dos principais focos da Amsterdam Declarations Partnership até o momento.

No entanto, em muitos casos, esses compromissos precisam ser fortalecidos - especialmente para garantir que eles se apliquem a todos os fornecedores e todas as regiões de produção e incluam o desmatamento e a conversão nos biomas Cerrado e Chaco. Eles também precisam incluir planos claros de implementação com prazo determinado e relatórios sobre o progresso, especificamente o volume de commodities que estão em conformidade com os compromissos de desmatamento.

A avaliação do Forest 500 de 2018 também mostra que muitas empresas influentes ainda não estão fazendo o suficiente para lidar com os riscos de desmatamento. Algumas empresas não tomaram nenhuma medida, enquanto outras estão agindo seletivamente em uma ou duas commodities. Esforços focados para envolver empresas sem compromissos podem ajudar a impulsionar o progresso. Por exemplo, a UK Roundtable on Sustainable Soya, uma de várias na Europa, encorajou a publicação de planos com prazo definido para melhorar a sustentabilidade das cadeias de produção de soja por várias empresas. Iniciativas como esta devem ser uma prioridade para o Grupo de Amsterdã.

No entanto, os governos também precisam estabelecer expectativas claras para a ação entre commodities das empresas. A ação para abordar os riscos de desmatamento nas cadeias de produção de soja, ou cadeias de produção de óleo de palma, não é suficiente, pois o desmatamento pode "vazar" de uma mercadoria para outra (por exemplo, a floresta é desmatada primeiro para o gado bovino e depois dar lugar à soja), um padrão comumente visto em toda a América Latina.

Da mesma forma, uma maior transparência através da divulgação de fornecedores e regiões de produção é essencial para as empresas a jusante, investidores e consumidores compreenderem a sua exposição aos riscos.



Os países da Amsterdam Declarations Partnership também podem fortalecer seus próprios compromissos e ações para obter importações livres de desmatamento. A França mostrou liderança, introduzindo uma estratégia para remover o desmatamento nas importações até 2030. Este é um passo importante no objetivo que os outros países devem seguir. A estratégia inclui uma plataforma de informação nacional planejada para facilitar maior transparência da cadeia de produção, compras públicas e investimentos nos países produtores para apoiar a produção e conservação sustentáveis. Tais medidas fornecem um roteiro para outros membros da Amsterdam Declarations Partnership.

As empresas que buscam agir na fonte também podem se beneficiar do mapeamento fornecido pela Trase, direcionando estrategicamente seus esforços às áreas de maior risco de desmatamento. A ação poderia envolver a priorização do envolvimento e investimento nos 15 municípios identificados pela Trase como contribuidores para mais de 50% do risco de desmatamento do Grupo das Declarações de Amsterdã.

Para atingir seus objetivos, os países das Declarações de Amsterdã devem envolver outros mercados consumidores, incluindo outros estados-membros da UE e a China (atualmente, de longe, o maior mercado de commodities de risco florestal) para seguirem o seu exemplo.

Em especial, os países da Amsterdam Declarations Partnership devem promover uma ação ambiciosa da UE na sua ação contra a “Desflorestação e Degradação Florestal”. Os signatários também podem influenciar ações em outros mercados de consumo, incentivando as empresas a adotarem ZDCs aplicáveis a todas as suas operações e subsidiárias.

UMA INICIATIVA CONJUNTA DE



POSSIBILITADO POR

